

de Santa Rita de Jacutinga - MG, realizada no dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis.

Rafael José da Costa Andrade

~~Fátima~~

Maria Elza Fotta Vieira Ventura

Marco Angelo da Silva

As dezesseis horas do dia seis de abril de dois mil e vinte e seis, realizou-se a quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga, Minas Gerais, sob a presidência do vereador Marco Angelo da Silva e secretariada pela vereadora Rosânia de Fátima Batista, contando com a presença dos vereadores Eduardo Alves Vieira, Maria Elza Fotta Vieira Ventura, Marcela Aparecida Miranda de Almeida, Michely de Fátima Oliveira Fotta, Rafael José da Costa Andrade, Renan Ribeiro Bula e Shirlane Cassiano de Amaral Vieira. O senhor presidente iniciou a sessão com uma oração. Em seguida, foi dispensada a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. Iniciada a leitura dos ofícios pela nobre secretária da casa, esta foi interrompida em razão da falta de energia elétrica e de internet local, caracterizando caso fortuito ou de força maior. Diante disso, o presidente determinou uma pausa de 20 (vinte) minutos, na tentativa de restabelecimento dos serviços de energia e internet. Decorrido o tempo, a reunião foi retomada com a energia ainda instável e sem conexão de internet que possibilitasse a transmissão ao vivo. Assim, deu-se continuidade à leitura dos ofícios pela secretária. Ressalta-se que o último ofício, de número 042/2026 PMSRJ, foi lido em sua integralidade, tendo em vista tratar-se de requerimento

que necessita de aprovação do plenário. Passada a palavra ao presidente, este solicitou explicações Técnicas e Comunicações à assessoria jurídica da Casa Legislativa, na pessoa da Ura. Talita Santos Amaral. A mesma iniciou sua fala com os cumprimentos de praxe e, em seguida, agradeceu à engenheira da Prefeitura Municipal, Andrúza, pelo pronto atendimento à Casa Legislativa, de maneira ágil e colaborativa. Dito isso, informou que nos dias 09 e 10 de abril do corrente ano, no horário de 09h às 17h, ocorrerá, nesta Casa Legislativa, em conjunto com o Cartório Eleitoral da Comarca de Rio Preto, a realização de Transparências e cadastramento biométrico. Ressaltou que o evento está sendo realizado pela primeira vez na Câmara Municipal, sendo motivo de grande satisfação para todos. Por fim, solicitou aos senhores vereadores que divulguem o informativo previamente encaminhado e já publicado nas redes sociais da Casa, a fim de ampliar o alcance junto aos eleitores. Posteriormente, acerca do ofício nº 042/2026 PM SRT, esclareceu que anteriormente foram reenviados projetos já em curso nesta Casa Legislativa, na condição de substitutivos, o que não possui amparo legal no Regimento Interno da Casa Legislativa, tampouco na Lei Orgânica Municipal. Mencionou que o Projeto de Lei que dispõe sobre a função pública de monitor de transporte escolar e de outras providências, bem como o projeto de lei que dispõe sobre a função pública de profissional de apoio escolar e de outras providências, foram encaminhados como projetos de lei ordinária. Contudo, conforme a Lei Orgânica Municipal, tais matérias deveriam tramitar como projetos de lei complementar. Informou, ainda, que tal situação foi integralmente respondida por meio do ofício nº 124/2026 CM SRT, o que ensejou a manifestação

constante no referido Ofício nº 042/2026 PMSRJ. Em síntese, o referido documento requer a retirada dos projetos, com fundamento no artigo 107, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, o que independe de manifestação do plenário. Por fim, o Poder Executivo requereu a aprovação do plenário da Câmara para que a Administração Pública possa protocolizar novamente os referidos projetos constantes no Ofício nº 042/2026 PMSRJ não mais na condição de substitutivos, mas como novos projetos de lei complementar, acompanhados dos respectivos impactos financeiros, apresentados de forma individualizada por proposição legislativa e com a devida correção dos equívocos anteriormente apontados. Dessa forma, foi esclarecido que, nos termos do artigo 107, § 3º, do Regimento Interno, projetos retirados para novo protocolo e tramitação na mesma sessão legislativa dependem de apreciação do plenário. Indagou, então, se havia dúvidas quanto às explicações apresentadas, não havendo manifestação. Em seguida, a assessoria jurídica devolveu a palavra ao senhor presidente, para que este submetesse a matéria à apreciação do plenário. Assim se manifestou o Presidente após explicação inicial, com fundamento no artigo 107, inciso III, considerando o pedido por escrito do autor, tendo sido deferida a retirada. Em seguida, submeteu a votação a autorização para que o Executivo reapresente as propostas como novos projetos de leis complementares, corrigidos e com impactos financeiros individualizados conforme o Ofício nº 042/2026 PMSRJ. O pedido foi aprovado por unanimidade pelos vereadores, sendo determinado o registro em ata e a comunicação ao Executivo Municipal. Em seguida, foi dada entrada nos Projetos de Lei de Legislativo nº 05/2026, que "Dispõe sobre a criação da Semana do Descarte Correto do lixo e da Educação Ambiental na rede municipal de ensino e estabelece a

de "Conscientização e Sustentabilidade" e nº 06/2026, que dispõe sobre instituir no município de Santa Rita de Jacutinga o dia Municipal da Pessoa com síndrome de Down "Campanha das Meias Trocadas". Em ato contínuo, foi colocado em votação o Projeto de Lei do Legislativo nº 01, de 27 de fevereiro de 2026, que "Altera a art. 2ª da Lei Municipal nº 1.770/2025, de 06 de novembro de 2025, que institui a Lemnida "Vereadora Rita Mendonça da Fonseca" e dispõe sobre sua concessão a mulheres que se destacam no município de Santa Rita de Jacutinga - Minas Gerais", sendo aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes. Em seguida, foi colocado em votação o Projeto de Lei do Legislativo nº 02, de março de 2026, que "Tende atualização de vencimentos dos servidores comissionados do Legislativo de Santa Rita de Jacutinga - MG", sendo também aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes. Dando andamento, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 12/2025, que "Altera os incisos I e II, o caput e o 3º de art. 36 da Lei Municipal nº 1704, de 16 de março de 2023", sendo reprovado por 5 (cinco) votos desfavoráveis e 3 (três) votos favoráveis. Em seguida, foi retirado o Projeto de Lei nº 11/2025, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagem aos servidores públicos e agentes políticos da Administração Pública e das outras providências. Logo após a vereadora Shirlane se manifestou, afirmando que não é contrária à adequação do Projeto de Lei nº 12/2025, porém discorda da forma que o projeto foi apresentado. Passada a palavra a vereadora Maria Eliza, esta paralenizou o trabalho desenvolvido pelo PRAS, bem como pelo setor de Turismo, pela bela incunação realizada por ocasião da Semana Santa. De igual modo, paralenizou o Vice-Prefeito e os jardineiros pelos serviços de ornamentação realizados

no município durante o período. Por fim, destacou o convite à população no leilão de gado, a ser realizado no dia 02 de maio de 2026, em prol da instituição ASCOMCER. Lem a palavra, a vereadora Shirlane apresentou requerimentos solicitando informações acerca dos critérios de utilização do trator agrícola da responsabilidade pela seleção e triagem dos beneficiários, bem como do funcionamento do processo de uso do referido maquinário. Requeriu, ainda, a limpeza da capela do Alto, considerando a doação de quadros à paróquia local, os quais demandam instalação e restauração: solicitou a instalação de quebra-molas na Rua Dona Consuelo; e pediu esclarecimentos sobre a realização de cirurgias e o funcionamento do respectivo atendimento. Na sequência, fez menção ao projeto de sua autoria referente ao Dia da Síndrome de Down. A vereadora falou sobre o dia dois de abril, dia mundial de conscientização sobre o autismo, dizendo que não era dia apenas de discurso bonito, mas sim de obra. Disse que quem precisa de conscientização é a gestão pública, porque as famílias já entendem e as mães já vivem isso todos os dias e já sabem, na prática, o que é o autismo. Acrescentou que quem ainda não entendeu ou insiste em não priorizar e quem está no poder, e que isso fica evidente na realidade do município. Informou que, enquanto campanhas falam em conscientização, muitas famílias seguem enfrentando abandono na prática. Relatou que o município mães e pais de crianças autistas estão sendo obrigados a lutar por aquilo que já deveria estar garantido. Reafirmou a necessidade da contratação da psicóloga, que é de direito. A vereadora verbalizou que a fala do prefeito causa preocupação. Disse que pedir que vereadores "dobrem a língua" ao falar do governo

e da saúde vai contra o princípio de democracia, e que o papel do vereador não é se calar, mas fiscalizar, questionar e dar voz à população, principalmente quando se trata de um tema tão sensível como a saúde. Resentiu que as críticas feitas refletem as dificuldades reais enfrentadas pelos cidadãos e que respeito é fundamental, mas deve ser mútuo. Informou que a população espera diálogo, transparência e soluções concretas, e não a tentativa de limitar a atuação de quem foi eleito para representar o povo. Declarou que seguirá exercendo seu papel com responsabilidade e compromisso com a verdade, afirmando também que a crítica não deve ser vista como ataque, mas como uma oportunidade de corrigir falhas e avançar. Em seguida registrou sua reclamação sobre as falas do Exultivo em seus vídeos, dizendo que a capela mortuária não é larraco, e que isso é uma desconsideração com a obra do prefeito da época, que inclusive teve seu túmulo vendido, e que esta demanda está na justiça. Disse que o atual prefeito está prefeito e não perfeito, e que existem falhas, como a obra da escola, que não possui captação de água das churas, ocasionando alagamento das salas, onde funcionários são obrigados a utilizar rede para retirada de água, e que nem por isso, se desmerece ou se deprecia a reforma feita pelo prefeito engenheiro. Mais uma vez, chamou atenção para a forma como o prefeito se refere às gestões anteriores, ao afirmar que não irá "lamentar serviços mal feitos e de baixa qualidade". Disse que tal colocação, além de generalizar de maneira injusta o trabalho de ex-prefeitos e equipes técnicas, acaba por desconsiderar projetos concretos que ainda beneficiam diretamente a população.

ção. Ressaltou que é preciso ter responsabilidade ao fazer esse tipo de comentário, destacando que obras e serviços públicos são realizados com recursos da população e têm como finalidade atender ao interesse coletivo, e que muitos seguem em pleno funcionamento, cumprindo seu papel e demonstrando que não podem ser reduzidos a críticas genéricas ou desqualificações políticas. Ressentou que, caso existam problemas pontuais, o dever de qualquer gestão é identificá-los e corrigi-los com transparência e eficiência apresentando soluções e não apenas atribuindo culpas. Afirmou que governar exige mais do que críticas ao passado, exigindo capacidade de gestão no presente e compromisso com o futuro. Informou ainda que a população espera resultados, respeito, e seriedade e que o debate público deve ser pautado por responsabilidade, não por declarações que apenas alimentam conflitos e pouco contribuem para o desenvolvimento da cidade. Por fim, disse que não poderia deixar de se manifestar diante de suas recentes declarações, que além de desrespeitosas, atingem diretamente a memória de quem tanto contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Citou seu sogro, Vicente, ex-prefeito eleito por quatro mandatos, falecido há pouco tempo, que teve, por vontade, seu velório realizado na capela que construiu, espaço que o prefeito se referiu de forma pejorativa como "barraco", afirmando tratar-se de fala que fere não apenas sua história mas também todas as famílias que utilizam esse espaço em momentos de dor e despedida. Por fim, pediu desculpas a todas as famílias que utilizaram esse espaço. Passada a palavra ao vereador Eduardo, este manifestou sua insatisfação pelo fato de seu projeto que dispõe sobre a isenção de IPTU para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), não ter sido aceito, solicitando, assim, que a matéria seja encaminhada ao Poder Executivo na forma de

indicação. Na oportunidade, agradeceu ao Deputado Dr. Frederico pela destinação de emenda parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser investida na aquisição de máquinas agrícolas. Passada a palavra ao vereador Renato, este apresentou requerimentos solicitando a limpeza da subida da igreja da Tabooca; a verificação e melhoria da iluminação do parquinho do lago; e a pintura das capelas da Via Sacra. Solicitou, ainda, a disponibilização de profissional de fonoaudiologia para atendimento no posto de saúde, bem como o aumento do repasse mensal destinado à APAE do município. Em sua fala, manifestou preocupação com a situação da saúde do município, afirmando que há deficiências no atendimento. Ressaltou, também, a existência de diversas lix municipais que segundo ele não vêm sendo devidamente limpidas. Por fim, agradeceu o trabalho realizado pelo Dr. Daniel em prol do Hospital Monsenhor Marciano. Passada a palavra ao vereador Rafael, este requereu o envio de ofício à instituição do Bradesco, bem como ao poder executivo, solicitando informações acerca da real situação da agência no município, tendo em vista a recorrente falta de dinheiro nos lançamentos eletrônicos, fato que vem causando transtornos à população local. Em sua fala, parabenizou os esforços da assessora jurídica da casa, Iara Talita, pela realização do evento de alistamento eleitoral, promovido em conjunto com o Cartório Eleitoral de Rio Preto, em colaboração com a Câmara Municipal. O vereador destacou, ainda, a importância do Dia Mundial de Conscientização do Autismo, ressaltando que se trata de uma data séria, que exige compromisso efetivo com a causa, e não apenas manifestações superficiais. Afirmou que seu compromisso com a pauta se inicia de forma concreta a partir do presente momento.

857

Resaltou também a relevância do dia da saúde, destacando que a luta por melhorias na área constitui uma questão de humanidade, sugerindo, inclusive, que todos façam a oração de São Francisco. Informou que, em razão do convênio firmado com a APAE, não há, no momento, profissionais especializados disponíveis no município, motivo pelo qual está sendo realizado o transporte adequado e humanizado dos pacientes e seus acompanhantes para localidades que dispõem dos profissionais necessários ao atendimento. Paralelamente, ainda, a encenação realizada por ocasião da Semana Santa, sugerindo, para o próximo ano, a instalação de tenda para melhor acomodação do público, especialmente em razão das condições climáticas. Por fim, apresentou requerimento solicitando a verificação de lucro na saída para o município de Bom Jardim de Minas. Informou, também, que a pintura da Capela já se encontra pronta pelo Executivo, e que os serviços de limpeza são tradicionalmente realizados por ocasião das festividades do mês de maio. Passada a palestra à verdadeira paróquia, esta reiterou a solicitação de envio de ofício à instituição Bradesco, a fim de obter esclarecimentos a cerca da atual situação da agência no município, requerendo que a resposta seja formalizada por meio de ofício. Em sua fala, ressaltou a existência da lei "Saúde no meu Bairro" de autoria do vereador Ezequiel, destacando que a mesma não está sendo cumprida. Apresentou, ainda, requerimentos solicitando a disponibilização de ônibus para o transporte de crianças no período letivo, tendo em vista a atual insuficiência do serviço; apoio às crianças com transtorno do espectro autista (TEA); e a disponibilização de profissional fonoaudiólogo

no município. Por fim, agradeceu ao servidor Felipe pelos serviços prestados de limpeza realizados no bairro Boa Vista, bem como pela roçada na estrada do Bamanal. Passada a palavra à vereadora Juchely, esta apresentou requerimento solicitando a limpeza na comunidade da Itaboca, especialmente do limítimo local. Na oportunidade, agradeceu ao Sr. Daniel pelos serviços prestados à população e indicou uma moção de aplausos em sua homenagem na próxima reunião. Em relação a lei 1704, diante de questionamento acerca da ausência de autógrafa ou subscrição, foi esclarecido que tal ausência decorre de procedimento adotado em regimento interno anterior da Casa, não tendo sido, até a presente data, adotado ou subscrito por nenhum presidente. Na ocasião, a Ora Talita, orientou que, a partir desta sessão, os procedimentos passem a ser realizados conforme a forma perista em lei, a fim de evitar eventual descumprimento legal. Ficou assim definido que a partir das próximas sessões, as leis serão devidamente subscritas, não se tratando, portanto, de falha ou ausência de assinatura individual da presidência. Dessa forma, restou consignado que tal circunstância não compromete a validade da referida lei. Ressaltou-se, ainda, que o projeto foi devidamente assinado, não havendo, contudo, na época de sua tramitação, a prática de subscrições nos moldes atualmente exigidos, procedimento este não adotado também em nenhuma lei anterior a essa sessão. Passada a palavra à vereadora Rosânia, esta afirmou, em sua fala, que a agência do Banco Bradesco não mais permanecerá no município de Santa Rita

de Jacutinga. Diante disso, requereu esclarecimentos por parte do poder executivo acerca do repasse da folha de pagamento para outra instituição bancária, bem como se o lance cumpria o contrato vigente até o seu término. Requereu, ainda, o envio de cópia ao Banco Bradesco nos mesmos termos. Sugriu à Administração Municipal a busca por alternativa que viabilize a instalação de caixa eletrônico com atendimento a múltiplas instituições financeiras e bandeiras. Na sequência, manifestou-se a vereadora Maria Eliza que finalizou agradecendo a presença das conselheiras e manifestando sua justiça diante do fechamento de uma instituição bancária no município. Manifestou-se, ainda, a vereadora Shirlane, a qual ressaltou que, conforme relato das conselheiras havia conhecimento prévio acerca do edital, destacando que, caso não tivesse sido aprovado nos moldes apresentados, não haveria a realização do concurso. Por fim, foi colocado em votação os requerimentos e indicações, os quais foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão, referente à quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de Santa Rita de Jacutinga - MG, realizada no dia seis de abril de dois mil e vinte e seis.

Renânia de Fátima Batista

Marcos Angelo dos Santos

Rafael José da Costa Andrade

Eduardo Alves Vieira

Maria Eliza Fátima Vieira Ventura

Renan Ribeiro Paula

Câmara Municipal de Santa Rita

VEREADOR

Shirlane C. do Amaral Vieira

Vereadora

Câmara Municipal de Santa Rita

Michely de Fátima Oliveira Motta

VEREADORA